

PLANO DE TRABALHO

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

1. Projeto

DESENVOLVIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENTRE O **CNJ** E O **INPI**

Unidade Executora - INPI	Unidade Executora - CNJ
Pelo INPI Coordenação-Geral de Disseminação para Inovação (CGDI) Coordenação de Articulação e Fomento à PI e Inovação (COART) Diretoria de Patentes, Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados (DIRPA) Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (DIRMA) Academia de Propriedade Industrial (ACAD)	Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP
Pelo INPI Vinicius Bogéa Câmara – Coordenador de Articulação e Fomento à PI e Inovação - Gerente Cristiana Maria do Valle Freitas – Chefe da Divisão de Cooperação Nacional - Fiscal	Pelo CNJ Dra. Lívia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ - Gerente Thais Martins Bosch – Coordenadora Administrativa da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP - Fiscal
Prazo de vigência	24 meses
Recursos Financeiros	Sem repasses

2. Objetivos Gerais

Desenvolver cooperação técnico-científica entre o CNJ e o INPI, para o registro de criações intelectuais de titularidade do CNJ, para o intercâmbio de informações sobre procedimentos administrativos do INPI ao Poder Judiciário, bem como para atividades voltadas à divulgação do sistema de proteção da Propriedade Industrial.

3. Objetivos Específicos

1. Impulsionar o registro de direitos de Propriedade Industrial por parte do CNJ perante o INPI, em especial, marcas e programas de computador;
2. Intercambiar informações entre o INPI e o CNJ, por meio do desenvolvimento de rotinas e métodos de contato entre as instituições, sobretudo para o fornecimento de informações sobre procedimentos administrativos do INPI para os Magistrados brasileiros com competência na área de Propriedade Industrial;
3. Capacitar servidores e magistrados do Poder Judiciário na temática da Propriedade Industrial.

4. Justificativas

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual estabelecida no âmbito do Poder Judiciário

O INPI não havia celebrado, nos últimos anos, instrumentos de cooperação técnica com o Poder Judiciário, sendo esta uma oportunidade perfeita para estreitar esses laços, bem como para iniciar uma verdadeira política pública de proteção de ativos da Administração em geral a partir desta parceria estratégica.

Com efeito, é evidente que, com o advento da 4ª Revolução Industrial, a Propriedade Industrial tem se tornado cada vez objeto de disputas judiciais, cumprindo-se salientar, ademais, que a valorização do esforço intelectual humano e a proteção de investimentos nas áreas técnica e científica não estão restritas à iniciativa privada, devendo-se prestigiar as atividades públicas de pesquisa e desenvolvimento técnico científico, para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico e tecnológico do País preconizados pelo art. 5º, XXIX, da Constituição da República, tendo como supedâneo o interesse social.

Nesse contexto, o Poder Judiciário instalou varas especializadas na temática da Propriedade Industrial, devendo-se ressaltar que o Rio de Janeiro é um dos estados pioneiros nessa forma de especialização do trabalho jurisdicional.

Assim, o presente acordo de cooperação técnica entre as Instituições será de vital importância para possibilitar não apenas o desenvolvimento de rotinas para o registro de direitos de

Propriedade Industrial do CNJ, bem como de sistemas de comunicação sobre procedimentos administrativos, como também a capacitação de magistrados e servidores na temática da Propriedade Industrial, tudo na linha dos vetores constitucionais que regem a matéria.

Por fim, deve-se asseverar que estas iniciativas trarão à população grandes benefícios, pois possibilitarão um provimento jurisdicional mais eficiente e mais célere, além da proteção de investimentos realizados com recursos públicos.

5. Resultados Esperados

1. Proteção de ativos de Propriedade Industrial do CNJ e desenvolvimento de modelo a ser utilizado por outras instituições e pessoas jurídicas de direito público;
2. Desenvolvimento de sistema de comunicação entre o CNJ e o INPI, de modo que seja possível a troca e o intercâmbio de informações sobre os procedimentos administrativos em curso no INPI e que sejam objeto de demandas judiciais;
3. Ampliação do conhecimento especializado de servidores e magistrados na temática da Propriedade Industrial.

6. Descrição e Cronograma das Metas

METAS
<u>Objetivo 1:</u> Impulsionar o registro de direitos de Propriedade Industrial por parte do CNJ perante o INPI, em especial, marcas e programas de computador
1.1: Incrementar o volume de pedidos de PI depositados junto ao INPI Meta: 100% Área envolvida: INPI (DIRPA, DIRMA, CGTEC, CGREC) / CNJ (SEP). Indicador: aumento do número de depósitos de ativos de PI do CNJ junto ao INPI Prazo: vigência do Acordo
1.2: Orientar corpo técnico do CNJ quanto ao correto uso das ferramentas de depósito e acompanhamento dos pedidos de PI a serem formulados. Meta: sob demanda Área envolvida: INPI (DIRPA, DIRMA, CGTEC, CGREC) / CNJ (SEP). Indicador: orientação fornecida ao corpo técnico do CNJ. Prazo: vigência do Acordo

OBJETIVO2: Intercambiar informações entre o INPI e o CNJ, por meio do desenvolvimento de rotinas e métodos de contato entre as instituições, sobretudo para o fornecimento de informações sobre procedimentos administrativos do INPI para os Magistrados brasileiros com competência na área de Propriedade Industrial.

2.1: Trocar informação, conhecimento técnico e pareceres sobre conteúdo envolvendo Propriedade Industrial entre os respectivos corpos técnicos para subsidiar a instrução de processos judiciais, quando necessário.

Meta: sob demanda

Área envolvida: INPI (DIRPA, DIRMA, CGTEC, CGREC) / CNJ (SEP).

Indicador: informações compartilhadas por meio de mensagem eletrônica, com prazo de resposta de até 07 (a ser definido com as áreas técnicas posteriormente) dias.

Prazo: vigência do Acordo

OBJETIVO3: Capacitar servidores e magistrados do Poder Judiciário na temática da Propriedade Industrial

3.1: Desenvolver ciclo de estudos para magistrados e servidores do Poder Judiciário na temática da Propriedade Industrial

Meta: 1

Área envolvida: INPI (ACAD) / CNJ (SEP).

Indicador:

Prazo: vigência do Acordo

3.2: Oferecer vagas em cursos e seminários organizados pelo INPI

Meta: sob demanda

Área envolvida: INPI (ACAD e COART) / CNJ (SEP).

Indicador: Cursos e seminários realizados

Prazo: vigência do Acordo

7. Classificação das Despesas por Metas

Classificação da Despesa	Custeio
1.1: Incrementar o volume de pedidos de PI depositados junto ao INPI	Adimplemento dos valores relativos à Tabela de Retribuição constante na Resolução/INPI/PR N° 251, de 02 de outubro de 2019 para o registro pelo CNJ.
1.2: Orientar corpo técnico do CNJ quanto ao correto uso das ferramentas de depósito e acompanhamento dos pedidos de PI a serem formulados.	Não há despesa relacionada a esta Meta.
2.1: Trocar informação, conhecimento técnico e pareceres sobre conteúdo envolvendo Propriedade Industrial entre os respectivos corpos técnicos para subsidiar a instrução, quando necessário.	Não há despesa relacionada a esta Meta.
3.1: Desenvolver ciclo de estudos para magistrados e servidores do Poder Judiciário na temática da Propriedade Industrial	O INPI se responsabilizará pelo planejamento, elaboração de conteúdo e disponibilização de servidores para ministrar o evento. O CNJ se responsabilizará pelo planejamento, em conjunto com o INPI, pelo convite aos participantes e pela infraestrutura do evento, caso necessário.
3.2: Oferecer vagas em cursos e seminários organizados pelo INPI	O INPI se responsabilizará pelo planejamento, elaboração de conteúdo, disponibilização de servidores para ministrar o evento e infraestrutura. O CNJ se responsabilizará pela indicação de participantes.